



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

RESPOSTA

Pregão Eletrônico SRP nº 90029/2025 DPE/MA

Processo SEI nº 0003282.110000936.0.2025

OBJETO: Formação de Registro de Preços para eventual contratação de prestação de serviços terceirizados de Auxiliar de Apoio Administrativo, Agente Administrativo Nível I e Nível II, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO Nº 01

Trata o presente, de resposta à impugnação apresentada pela empresa **IMOTIVA SOLUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 36.920.961/0001-61, com sede à Av. Roberto Simonsen, nº 83, Santa Cruz CEP 65.046-390, São Luís/MA.

1. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

1.1. Do Cabimento

Considerando o preceito constitucional contido no art. 5º, XXXIV, a) e o disposto no art. 164 da Lei nº. 14.133, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Portanto, admite-se e julga o pedido de impugnação formulado pela impugnante, nos termos da legislação vigente.

1.2. Da tempestividade

O instrumento convocatório e a legislação estipulam, para apresentação de impugnação, o prazo de 03 (três) dias antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública do Pregão. Tendo em vista que a abertura foi marcada para o dia 02/04/2025 e a impugnação foi encaminhada dia 26/03/2025, logo tempestiva.

2. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Resumo da impugnação

A impugnação questiona acerca da exigência cumulativa de altos valores de Capital Circulante Líquido e Patrimônio Líquido, além de índices de liquidez superiores a 1, alegando serem estes desproporcionais, ilegais e sem respaldo técnico. Para a impugnante, tais exigências violam os princípios da isonomia, competitividade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como a jurisprudência do TCU, que veda critérios excessivos sem justificativa adequada.

Ademais, alega a impugnante, que, ao aplicar essas exigências sobre o valor global do contrato (R\$ 28,8 milhões) em um único lote, o edital exclui micro, pequenas e médias empresas, contrariando a política pública da LC nº 123/2006 e comprometendo a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Por fim, defende a impugnante que a previsão de balanço de abertura para empresas com menos de dois anos torna-se inócua diante das exigências financeiras elevadas, inviabilizando sua participação. Diante disso, requer-se a exclusão das exigências de Capital Circulante Líquido e Patrimônio Líquido e também o loteamento do objeto a fim de se adequar os critérios financeiros e, consequentemente retificando-se o edital.

2.2 Da Análise e Fundamentação

2.2.1. Da legalidade dos requisitos econômicos e financeiros

É importante ressaltar que as exigências de comprovação de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral superiores a 1, bem como a apresentação de Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% e Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, estão fundamentadas no artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza expressamente a Administração a exigir tais comprovações, desde que devidamente justificadas no processo licitatório, conforme se extrai do texto legal:

“Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, [...]”

O §4º do mesmo artigo admite, de forma clara, a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação. Neste certame, as exigências se limitam ao percentual máximo autorizado legalmente.

2.2.2. Dos parâmetros técnicos utilizados

As exigências constantes do edital encontram respaldo, ainda, nas diretrizes nacionais aplicáveis à contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, autorizada pela IN SEGES/ME nº 98/2022. O Anexo VII-A da IN nº 5/2017 disciplina especificamente que:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% do valor estimado da contratação;

Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação;

são requisitos recomendados e usualmente adotados para demonstração da boa saúde financeira das licitantes neste tipo de contratação, sobretudo diante do risco potencial de inadimplemento com funcionários e encargos sociais, para os quais a Administração pode ser chamada a responder, segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 331/TST).

6.2.3. Da proporcionalidade e razoabilidade das exigências

Diferentemente do alegado pela impugnante, tais requisitos não possuem intuito excludente, mas buscam garantir a responsabilidade e a continuidade dos serviços a serem prestados, prevenindo situações de desamparo aos trabalhadores e eventuais prejuízos ao interesse público.

O Tribunal de Contas da União (TCU), em sua Súmula nº 289, também corrobora a legalidade da exigência de índices de capacidade financeira, desde que justificados — o que se verifica no caso dos autos.

As exigências adotadas não se revestem de caráter discriminatório ou desproporcional, mas sim visam a viabilizar a participação de empresas com efetiva capacidade de cumprir os compromissos assumidos em contratos vultosos e de naturezas críticas, como é o caso presente.

6.2.4. Da competitividade e do interesse público

Cabe salientar que a ampliação da competitividade, igualmente prevista na legislação, não pode se sobrepor ao dever da Administração de selecionar parceiros que apresentem segurança jurídica e financeira. Exigir capacidade mínima é, inclusive, medida de proteção ao interesse público, considerando a magnitude do objeto licitado e o impacto social do serviço envolvido.

A ausência de divisão em lotes se justifica ante a indivisibilidade do objeto e a necessidade de padronização e eficiência administrativa, o que também encontra fundamento nas melhores práticas e é permitido pela legislação vigente.

3. DA DECISÃO:

Diante das considerações expostas e após a devida análise das razões apresentadas pela Impugnante, manifestamo-nos pelo conhecimento do pedido e, no mérito, **negar seu provimento**. Dessa forma, o Edital e seus anexos permanecem INALTERADOS. Assim, ratificamos a data da Sessão Pública de abertura do Pregão Eletrônico SRP nº 90029/2025, dia 29/09/2025, às 9:00 horas.

São Luís—MA, em **25 de setembro de 2025**.

Comissão Permanente de Contratação

Defensoria Pública do Estado do Maranhão



Documento assinado eletronicamente por **Anunciação de Maria C. Barbosa, Chefe da Comissão Permanente de Contratação**, em 25/09/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0264458** e o código CRC **F47C8583**.